

NOTAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES PARANAENSES NOS ANOS DE 1970 E 1980

*Regina Célia Habib Wipieski Padilha*¹

A docência nas universidades paranaenses apresenta características complexas, como complexo e plural é o Estado com suas regiões de nuances políticas, econômicas e sociais variadas. O trabalho docente tem sido historicamente construído no bojo do lento processo de desenvolvimento político e econômico do Estado ao longo do qual o professor universitário tem enfrentado a necessidade de se integrar às exigências de diferentes instâncias, quer seja da economia, da política partidária ou da política educacional nacional centralizadora sem que tenha as condições apropriadas para isso e sem que a realidade da instituição em que atua considerada.

Neste estudo pretendemos abordar alguns aspectos que permearam a docência nas décadas de 1970 e 1980 com o intuito de resgatarmos elementos constitutivos da trajetória histórica do trabalho docente na universidade paranaense.

O TRABALHO DOCENTE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968

O governo federal, ao promover a descentralização do ensino superior para os governos estaduais por meio da Lei 5.540/68 possibilitou a criação de instituições de ensino superior em outras regiões que não as capitais e destacou a organização universitária como forma privilegiada para a ampliação do sistema de ensino superior brasileiro.

A presença de universidades no Paraná se concentrou até 1960 na capital, sendo que até então contou somente com a Universidade Federal do Paraná² – UFPR – e com a Universidade Católica, ambas sediadas em Curitiba.

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba - professora titular da Universidade Estadual do Centro-Oeste

² Em relação à UFPR, datam de 1892 as primeiras manifestações no sentido de criá-la, mas o projeto não avançou em função do Movimento Federalista. Em 1912, no entanto, a reduzida intelectualidade paranaense viu a necessidade de se expandir a fim de defender o Estado. A perda da Região do Contestado para o Estado de Santa Catarina na época impeliu lideranças políticas à luta pela universidade. Em 1913 a instituição iniciou seu funcionamento como entidade particular, porém, encontrou dificuldades com a primeira Guerra Mundial e, com ela, a recessão econômica. Em 1920 foi determinado seu fechamento tendo em vista que o governo federal não recebia bem, à época, as iniciativas independentes dos Estados. Contraditoriamente, o governo criou a Universidade do Rio de Janeiro nessa época. Para driblar a lei e continuar funcionando, a universidade paranaense foi desmembrada em faculdades e, por mais de trinta anos lutou por sua restauração. Somente no início da década de 1950 é que as faculdades foram reunidas e foi constituída novamente a universidade.

Por meio do Decreto 14.923/68 o governador Paulo Pimentel constituiu uma comissão cuja tarefa foi apresentar as adequações necessárias no âmbito do ensino superior no Estado. A conclusão a que a comissão chegou foi a de que o Paraná comportava, à época, três universidades estaduais. Decorrente disso, através da Lei 6.034, de 06 de novembro de 1969, foram criadas as universidades estaduais de Ponta Grossa, Maringá e Londrina atendendo às regiões Tradicional, Sudoeste e Norte, consideradas pólos de abrangência geo-educacional. As instituições, criadas como fundações de direito público, após sua instalação instituíram o ensino pago até 1987 já que a Lei 5.540/68 remetia à instituição a escolha da forma jurídica e possibilitava o ensino pago. Seguiram, também, a seguinte tendência:

os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento (BRASIL, LEI 5.540, 1968).

Sendo assim, a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG - incorporou as seguintes faculdades: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administrativas de Ponta Grossa.

A Universidade de Londrina – UEL - incorporou a Faculdade Estadual de Direito de Londrina, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, a Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina.

A Universidade de Maringá – UEM - incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá, a Faculdade de Direito de Maringá, a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá e o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (ICET), existente de fato, mas não de direito.

Na década de 1970 as recém criadas universidades paranaenses tiveram de se integrar à política nacional centralizadora. A Lei 5.540/68, fruto do acordo MEC/USAID³, ensejou a reorganização didática e administrativa para adequação das universidades ao projeto educacional da política vigente que, conforme ressalta Souza (1997) se pautava na idéia do eficientismo técnico-econômico. Foram priorizados os investimentos nas áreas tecnológicas a fim de sedimentar o modelo desenvolvimentista instalado pelo Estado Autoritário.

³ MEC/USAID é a fusão das siglas Ministério da Educação (MEC) e United States Agency for International Development (USAID). As medidas impostas pelo acordo atingiam prioritariamente o ensino superior pelo fato dele ocupar posição estratégica no preparo de quadros técnico-profissionais brasileiros alinhados com a política norte-americana.

Os cursos foram agrupados por áreas de conhecimento, passaram a tomar como referência o Currículo Mínimo aprovado pelo então Conselho Federal de Educação e foi instalado o regime de créditos.

Silva (2004) afirma que “a UEPG, no decorrer da década de 70, trabalhou no projeto de integração da Universidade à política nacional, ou seja o *novo sistema*, representava a sobreposição do moderno sobre o tradicional” (p.175).

A falta de sintonia entre a reforma universitária e as condições administrativas das instituições levou a um funcionamento precário do regime de créditos no qual o aluno supostamente determinaria o plano de estudos atendendo os pré-requisitos num rol de disciplinas obrigatórias e optativas, com prazos máximos e mínimos para conclusão dos cursos. A autora apresenta o depoimento de um professor que vivenciou essa fase na UEPG:

No semestral a cada seis meses o professor para atender a demanda, muitas vezes era colocado pelo departamento para ministrar disciplinas com cujos conteúdos muitas vezes não tinha afinidade. O resultado era negativo para o estudante, que perdia com a qualidade do ensino. E desgastante para o professor que não tinha a oportunidade para se especializar num campo específico do conhecimento (p. 188).

Esses encaminhamentos demandaram a criação de novos órgãos em que proliferaram os setores administrativos. A política centralizadora do governo federal visava o controle por meio da legislação com o respaldo da administração local. A burocratização aumentou e os professores foram excluídos dos centros de decisão. As faculdades ficaram isoladas e a política da universidade passou a corresponder aos objetivos do projeto educacional do regime militar.

Romanelli (1989) ao abordar aspectos relativos ao trabalho docente nesse contexto manifesta seu entendimento que as mudanças processadas comprometeram a formação de um padrão intelectual autônomo e autêntico. Para a autora,

a exigência, indiscutivelmente necessária, de que o ensino esteja aliado à pesquisa não conta, todavia, com uma estrutura real de recursos, nem sequer com mecanismos de ordem administrativa capazes de possibilitá-lo. A implantação gradual de tempo integral e de dedicação exclusiva, com o objetivo formal de garantir esse propósito, não está sendo feita segundo critérios racionais, nem conta ainda, por parte da maioria dos professores, com a devida “abertura” para empregar o tempo remunerado em pesquisa séria. Para boa parte dos docentes, o regime especial de trabalho continua sendo mais uma oportunidade de exibir uma condição privilegiada dentro da unidade escolar, do que uma forma de assumir maiores responsabilidades em relação ao ensino e à pesquisa.

A dependência cultural tem evoluído com a importação de modelos de pensamento e os *modismos* pontificam, mais que a originalidade, nos meios docentes (p. 230).

Conforme a autora, a racionalidade administrativa no interior das instituições levou ao aumento do controle dos órgãos centrais sobre a vida acadêmica e, no âmbito externo, o controle destas pelos órgãos da administração federal do ensino.

O Conselho Federal de Educação se constituiu uma instância fundamental no contexto dessa cultura de controle e atuou por meio da fixação de Currículos Mínimos dos cursos de graduação. As iniciativas dos órgãos internos da universidade deveriam contar com o aval do Conselho. Em decorrência disso, Guhur (2001), assinala:

gerou-se no seio da própria universidade a idéia de que definir opções fundamentais que orientassem suas atividades de ensino, não era de sua alçada, tornando-se qualquer debate a esse respeito inoportuno ou até inútil, uma vez que estavam já pré-determinadas em suas grandes linhas (p. 174).

Ao analisar a atuação dos docentes junto aos colegiados da UEM no período 1976-1979, Guhur definiu seu estilo de coordenação como sendo *técnico-administrativo* já que seus integrantes se limitavam ao controle da aplicação das normas internas e externas. A burocratização aumentou e os professores foram excluídos dos centros de decisão. Nas palavras do autor,

os Colegiados de Curso não constituíam de fato um lócus para o debate e a definição do projeto político-pedagógico global da universidade embora se esperasse que o fizessem, pois seus coordenadores os *representavam* no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e no Conselho Universitário; a este último competia estatutariamente *traçar a política* da instituição. Os Colegiados omitem-se ou renunciam a participar do debate sobre os fins da universidade embora exerçam a coordenação de uma atividade-fim ainda que em nível de um determinado curso. A postura assim assumida está a indicar que a participação no debate, na definição das opções fundamentais era considerada puramente formal, a autonomia *concedida* não logrando avançar na recuperação da missão histórica da universidade, da sua função crítica e não apenas de adaptação e reprodução (p. 175-176).

Para o autor, os colegiados da UEM atuaram de maneira pouco expressiva, enfrentando uma indefinição no que diz respeito ao seu status institucional. A tomada de decisões acerca de assuntos relevantes permaneceu no âmbito dos departamentos ou passou a ser assumida pela administração central e/ou pelos Conselhos Superiores. Eles se limitaram à análise e encaminhamento de processos/casos que envolviam a aplicação de normas vigentes envolvendo procedimentos rotineiros. Com grande volume de trabalho e alta rotatividade na sua composição, pouco se dedicaram às questões relativas aos projetos político-pedagógicos da instituição e dos cursos.

A ausência de uma postura crítica diante das orientações tecnicistas é sinalizada pelo autor. Para ele,

tanto os docentes (cada um, senhor feudal de sua disciplina) como os alunos (ansiedade em dominar um rol de técnicas para concorrer no mercado de trabalho) incorporam acriticamente o reducionismo da formação universitária a uma estrita (e estreita) orientação profissionalizante (p. 181).

À política vigente interessava que a pesquisa universitária e a produção de conhecimentos não abordassem dimensões político-sociais e não se voltassem para aplicações práticas. Não era de seu interesse a produção de conhecimentos de caráter crítico voltados para a propulsão de mudanças na sociedade como também não o era a formação humanística crítica e inventiva.

Atendendo a essa diretriz política, as atividades docentes voltadas para a extensão universitária envolviam convênios com órgãos da administração pública com vistas ao treinamento e capacitação de pessoal. O Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento Pessoal, CETEPAR, realizava cursos para professores em exercício dos diferentes níveis e colocava as universidades em vínculos estreitos com o poder político tornando-as suscetíveis às suas inconstâncias.

Nos anos de 1980 as universidades paranaenses enfrentaram as dificuldades decorrentes do arrefecimento do panorama econômico do país. Nessa década a dinâmica econômica paranaense foi mais moderada, mas continuou sendo o setor rural que concentrou a maior expansão apesar de ser afetado pelo incipiente grau de industrialização das matérias-primas agrícolas, pela pequena capacidade de geração de renda e arrecadação de impostos, assim como pela dependência de fatores climáticos, oscilações do mercado externo e flutuações na política agrícola do governo federal. Além disso, a pouco significativa presença política do Estado no âmbito federal e a debilidade dos apoios à industrialização não promoveram a superação da condição paranaense de exportador de insumos agroindustriais e de bens de consumo não duráveis para o mercado nacional e de importador de bens de produção oriundos de São Paulo. A capacidade de produção, exportação, geração de empregos e receitas fiscais foi transferida para outras regiões⁴.

A década de 1980 intensificou distorções que vinham de décadas anteriores como a elevação dos juros internos, a incapacidade do Estado de gastar e investir, o atraso tecnológico do parque industrial, as altas taxas de inflação, as oscilações na produção diante dos sucessos e fracassos dos planos de ajustes econômicos. A crise enfrentada veio com o fim do *milagre econômico*. Essa década, considerada pelos economistas de *década perdida*, teve de enfrentar os reflexos da euforia que endividou o país e submeteu-o ao FMI. Foi durante ela, também, que cresceu o movimento pela democratização⁵.

⁴ O caso da exportação de energia elétrica se insere nessa situação, pois a Constituição Federal de 1988 prevê preços subsidiados e tributação apenas no destino.

⁵ A população brasileira derrotou a ditadura militar em 1982 e colocou em marcha a transição para um Estado de Direito Democrático.

No que diz respeito à organização sindical dos docentes do ensino superior paranaense, foi nessa década que ela começou a se manifestar⁶. Priori e Marques (2001) ressaltam que desde a década de 1930 aos funcionários públicos das três esferas – federal, estadual e municipal - não era concedido o direito à sindicalização e à organização de greves.

as diversas entidades representativas das categorias eram meras associações que tinham como objetivo oferecer aos seus associados opções de lazer, recreação e serviços assistenciais. Por força da lei, essas associações estavam proibidas de representar seus filiados em questões trabalhistas, o que dificultava a mobilização da categoria para movimentos reivindicatórios (p. 296).

Para os autores, quando as associações recreativas passaram a se manifestar, mesmo contrariando a lei, em relação às questões salariais teve início o sindicalismo no setor público. Eles relatam que a Associação dos Professores do Estado do Paraná – APP – inicialmente tinha um caráter associativo, *filantrópico e assistencialista*, de apoio ao governo, passou a se envolver em mobilizações por conquistas salariais assumindo uma postura mais combativa (p. 298).

A primeira greve numa universidade estadual paranaense aconteceu em 1980 quando professores e funcionários da UEM⁷ paralisaram suas atividades diante da não concessão por parte do Estado do aumento salarial determinado pela Justiça do Trabalho. UEL e UEPG não fizeram parte do movimento em seus primeiros momentos, pois preferiram acompanhar o desenrolar dos acontecimentos (PRIORI; MARQUES, 2001, p. 307).

Passados 30 dias, a greve terminou diante da determinação do Governo do Estado de reajustar em 80% os salários. A greve seguinte aconteceu somente em 1984 e, desse ano até 2001, houve greves todos os anos, sendo que em 1987 e 1988 ocorreram duas paralisações.

Priori e Marques (2001) ressaltam a importância da primeira greve para as mobilizações ocorridas na segunda metade da década de 1980 e sintetizam os motivos que as desencadearam:

As greves de 1980, 1987 (2ª. greve) e as duas de 1988, ocorreram simplesmente porque o Governo do Estado não cumpriu leis salariais ou descumpriu acordos firmados com os servidores. As greves de 1984, 1985, 1986, 1987 (1ª. greve), 1989, 1990 e 1991 foram deflagradas porque os servidores não tiveram a reposição salarial

⁶ Desde o final da década de 1970, as greves dos trabalhadores em prol da reposição das perdas provocadas pela inflação e da estabilidade de emprego vinham ocorrendo de maneira intensa após um período de desmobilização e perseguição aos movimentos sociais próprio da ditadura militar. Primeiramente as manifestações eclodiram no setor industrial, nas regiões do ABC paulista – cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano - e de Osasco e mais tarde se alastraram para outras regiões do país e outras áreas trabalhistas. Nos anos de 1980 os movimentos atingiram o setor público. O crescimento do número de movimentos grevistas nessa década esteve relacionado às promessas governamentais de desenvolvimento da economia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores (PRIORI; MARQUES, 2001).

⁷ A adesão ao movimento grevista na UEM foi de 95%.

solicitada, já que o processo inflacionário deteriorava rapidamente o poder de compra dos trabalhadores (p. 326).

No governo de Álvaro Dias (1987-1991) os docentes do ensino superior paranaense passaram por dificuldades decorrentes da relação tumultuada entre o poder público. Em 1988 o atraso nos salários ensejou um movimento que reuniu professores dos três graus do ensino. Os professores grevistas acamparam em frente ao Palácio Iguazu já que o governador se recusava a recebê-los. A polícia de choque foi acionada e muitos dos manifestantes se feriram.

As greves pela busca da gratuidade, das reposições salariais e da autonomia continuaram no governo seguinte, de Roberto Requião (1991-1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, que se constitui mais como notas de aspectos que consideramos relevantes do que uma análise propriamente dita, mostrou como o trabalho docente nas universidades paranaenses foi nas décadas de 1970 e 1980 afetado pela ação de grupos de externos. Logo após sua criação, ao mesmo tempo em que buscaram sua organização como instituições voltadas para a pesquisa e extensão, além do ensino, foram chamadas, também, a se adequar às determinações da Reforma Universitária, contidas na Lei 5.540/68. As mudanças não foram desencadeadas pelo movimento histórico, mas pela imposição de um modelo rígido, um código de valores pré-estabelecidos.

Nesse contexto, emergiu a necessidade de integração do trabalho docente a políticas nacionais centralizadoras sem, contudo, que a realidade das instituições fosse considerada; a falta de sintonia entre as ações de reforma e as condições administrativas das universidades comprometeu o funcionamento institucional e precarizou a docência; a proliferação dos setores administrativos, a burocratização, a exclusão dos professores dos centros de decisão, o grande volume de trabalho dos colegiados fizeram com que as questões relativas aos projetos político-pedagógicos da instituição e dos cursos não ocupassem espaço central na dinâmica universitária. Houve, também, um arrefecimento da postura crítica diante das orientações tecnicistas.

Os anos de 1980 ao intensificarem distorções econômicas que vinham de décadas anteriores fizeram com que a greve passasse a ser utilizada como um dos poucos instrumentos de luta dos docentes diante da intransigência dos governantes e da queda salarial.

As universidades se afastaram da dimensão construtiva do conhecimento submetidas que foram a uma mutilação de seu sentido pleno pela estrutura político-econômica. Com isso assumiram feições de um local mecanizado, acrítico, burocratizado que engessa o pensamento. Esse processo foi, e continua sendo, alimentado pelo formalismo vazio em que muitas das instâncias internas mergulharam e levaram ao docente a dedicar

grande parte de seu tempo e de suas atenções a procedimentos destituídos de significado, vazios de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei N. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Disponível em <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 20 de maio de 2006.

GUHUR, Jean Vincent Marie. Projeto político pedagógico dos cursos de graduação: projeto indefinido ou encoberto? Universidade Estadual de Maringá. In: *Recortes da história de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá*. Maringá: Eduem, 2001.

PRIORI, Ângelo; MARQUES, José Maria de Oliveira. A formação das entidades associativas e as greves de docentes e funcionários da Universidade Estadual de Maringá: 1980/1991. IN: SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (org.). *Recortes da história de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá*. Maringá: Eduem, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 1989. 11 ed.

SILVA, Célia Regina de Souza. *O ensino superior em Ponta Grossa no contexto da expansão e interiorização*. Revista de História Regional, Volume 7, N. 2, 2004.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. *LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento*. São Paulo: Pioneira, 1997.